

Comissão de Instituição elabora Seminário

A idéia de um seminário sobre Psicologia Institucional nasceu no momento em que a Comissão de Instituição deste CRP-06 elaborava o documento sobre Instituição e Saúde (publicado na edição de março/85 neste jornal) e discutia a necessidade de supervisão ao trabalho do psicólogo neste contexto.

A partir da comunicação dos psicólogos, por carta ou telefone, a respeito do texto e de sua importância, constituímos com alguns deles uma equipe, que passou a se reunir semanalmente, desde o início de maio, para preparar o referido seminário.

Nossa preocupação central nesse trabalho sempre foi a de reunir os psicólogos que trabalhassem em instituições da Promoção Social, especialmente aquelas que lidam com crianças e adolescentes, para que se criasse um espaço de reflexão sobre sua prática.

Por que instituição de Promoção Social? De uma forma particular, porque historicamente a Comissão de Instituição tem se orientado para este tipo de tema. Além disso, a experiência concreta das conselheiras dessa comissão, bem como dos psicólogos que nos procuraram depois da publicação do texto, é voltada para este tipo de atuação profissional.

Mesmo que seja por essas vias indutivas e concretas, tal escolha nos parece, em si, importante: de um lado, porque visamos discutir questões do cotidiano institucional e, sabemos, há uma variação quando se trata de instituições fundamentalmente ligadas à Saúde, à Justiça, à Educação ou à Promoção Social (existem nuances dessas práticas que devem ser consideradas); de outro, porque este tipo de instituição (as de Promoção Social) não têm recebido por parte dos órgãos oficiais, no tocante à Psicologia e à Saúde Mental, o investimento que outras, como os Centros de Saúde e os Ambulatórios, bem ou mal, têm.

Com essas preocupações, no bojo e em vista, organizamos um seminário intitulado Psicologia e Instituição, a ser desenvolvido nos dias 13, 15, 20, 22 e 27 de agosto, entre 9:00 e 12:00 hs, no Centro Cultural São Paulo, conforme o leitor poderá observar na programação que se segue a esta nota.

Conforme, ainda, se pode notar pelo temário, nosso objetivo é discutir tais instituições como um conjunto de relações que diferem daquele que o psicólogo estabelece com seu cliente no consultório. Difere, porque diferem os objetos institucionais e porque nem sempre o objeto/objetivo das instituições em que o psicólogo trabalha casa-se ou se superpõe ao da intervenção psicológica, exigindo "acomodações" nem sempre feitas, pensadas ou tentadas. No caminho dessas discussões, pretende-se no início do semi-

nário situar a compreensão sociológica e a psicanalítica sobre a trama das relações instituídas.

A partir daí, pretende-se refletir sobre a maneira como se tem articulado, entendido e desentendido, o conjunto de diretrizes formais, tecnicamente elaboradas, dessas instituições e o cotidiano dos profissionais que a fazem.

Com isso, procuraremos descer à discussão sobre o que caracteriza uma intervenção psicológica em instituições, buscando responder a questões como: no que se diferencia a atuação de um psicólogo, um assistente social, um pedagogo?; é necessária uma diferenciação?; por quê?; o que seria uma intervenção multiprofissional neste contexto?; qual seria o caráter político de um trabalho institucional desde a especificidade psicológica?



Se até o terceiro dia do seminário temos como tema a **instituição** e o **profissional**, no quarto, destaca-se o terceiro termo dessa trilogia: a **clientela**. Procuraremos, aí, trazer à reflexão, as relações entre a criança ou a família e a instituição: como essa criança, por exemplo, pela vivência institucional, passa a imaginar o universo das relações possíveis para ela?; como se configura esse universo?; e assim por diante.

Por fim, no quinto e último dia do encontro, se trará para o debate com os presentes a questão da supervisão do trabalho do psicólogo no contexto institucional: que tipo de supervisão seria essa?; quem deveria financiá-la?; que profissional poderia oferecê-la? A preocupação, aqui, é nitidamente a de se deli-

nearem "estratégias de luta" a serem levadas pelo CRP com os psicólogos, na consecução dessa medida formativa complementar.

Seguem-se a programação e as indicações para sua inscrição no seminário. Compareça!

Dia 13 de agosto — A Instituição na Compreensão Sociológica e na Psicanalítica.

9:00 às 9:10 hs — Abertura

9:15 às 11:00 hs — Expositores: José Augusto Guillon de Albuquerque (sociólogo) e Sérgio Mayda (psicanalista e psicólogo institucional)

11:00 às 12:00 hs — Debate

Dia 15 de agosto — As Diretrizes Institucionais e as Questões do Cotidiano.

9:00 às 10:30 hs - Expositores: Eliete Rocha Alves (FABES), Maria Lucia Violante (psicóloga social) e Maria de Lourdes Trassi Teixeira (FEBEM).

10:30 às 12:00 hs — Debate

Dia 20 de agosto — O Psicólogo e a Especificidade de sua Intervenção.

9:00 às 10:30 hs — Expositores: Maria Luisa Sandoval Schmidt (psicóloga) e Adalberto Boletta de Oliveira (psicólogo).

10:30 às 12:00 hs — Debate

Dia 22 de agosto — As Relações Família/ Criança/ Instituição.

9:00 às 10:30 hs — Expositores: Marlene Guirado (psicóloga) e Dayse Cesar Franco Bernardi (psicóloga).

10:30 às 12:00 hs — Debate

Dia 27 de agosto — A Supervisão do Trabalho do Psicólogo.

9:00 às 12:00 hs — Debate, proposições e encaminhamentos.

Coordenadoras: Marlene Guirado (da Comissão de Instituição do CRP-06) e Sueli Duarte Pacifico (da Comissão de Instituição do CRP-06).

A equipe organizadora do seminário é composta de: Adalberto Boletta de Oliveira, Cristina Flora da Silva Paranhos, Dayse Cesar Franco Bernardi, Ivete Pereira da Silva, Maria de Lourdes Macedo, Marlene Guirado, Sueli Duarte Pacifico e Yara Sayão.

Os psicólogos interessados em participar poderão fazer suas inscrições, gratuitas, no período de 5 a 9 de agosto, das 9:00 às 19:00 hs, no Conselho Regional de Psicologia — 6.ª Região — Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.084, 10.º andar, fone (011) 212-8111. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Serão fornecidos atestados de participação. O endereço do Centro Cultural São Paulo é rua Vergueiro, nº 1000 - Paraíso.

**Conselho é Contra
a Regulamentação
da Profissão
de Psicomotricista**

(Pág. 2)

**Projeto
Creche Polo:
Mãe Domiciliar
X Creche Direta**

(págs. 4, 5 e 6)

**Novas Diretrizes
para o
Código de
Ética**

(pág. 7)

EDITORIAL

Nós e a Constituinte (4)

Constituição e Saúde

A Constituinte, bem ou mal, já está definida. Não da forma como julgamos a mais adequada, mas, mesmo assim, acreditamos que o tema vai acabar empolgando todo o povo. Se os responsáveis pelo evento se empenharem para valer, o povo entenderá o significado do fato e se envolverá nos debates como nunca o fez em outras ocasiões.

* A nossa preocupação agora deverá estar voltada para o conteúdo e a forma do texto constitucional. Ambos, conteúdo e forma, devem merecer toda a atenção.

Que tipo de Constituição queremos?

É bom lembrar aqui o que escreveu a respeito o Cláudio Abramo. "O que se espera é uma Constituição que seja diversa de quaisquer outros textos já vistos, lidos ou aprovados, aqui ou fora daqui. O de que se trata é de fazer uma Constituição realmente libertadora de nosso povo, que garanta ao mais humilde e tímido cidadão ter seus direitos totais assegurados, inclusive o direito de simplesmente não aceitar o fato de não ter nada quando alguns poucos têm tudo." E, acrescentemos, nada de textos herméticos para serem lidos só por iniciados, mas um texto redigido em linguagem simples, clara, de fácil leitura para o mais simples dos cidadãos. Hoje, a Constituição tem peso quase nulo no dia-a-dia de cada indivíduo, simplesmente porque ela é desconhecida pela quase totalidade da população. Lei desconhecida é lei morta. A preocupação com a forma e com a posterior divulgação é vital para tornar a Constituição um instrumento de defesa para o cidadão.

***D**etenhemo-nos agora na formulação do conteúdo, restringindo-nos aos aspectos que interessam ao problema da saúde da população, em especial à saúde mental. Há todo um elenco de temas que necessariamente constará do texto da magna carta e que diz respeito diretamente à saúde geral da população:

- O direito à alimentação
- A defesa e o desenvolvimento do menor
- O direito de acesso à educação em todos os níveis
- A promoção da qualidade de vida na cidade e no campo
- A defesa do verde e do meio ambiente
- O acesso ao lazer.

Estas são garantias essenciais em qualquer proposta de defesa da saúde. Mesmo em uma Constituição de cunho conservador estarão contemplados os temas acima. Entretanto, se pretendemos uma Constituição de maior avanço é justo esperar uma posição mais firme com relação à temática social, especialmente as que se referem à exploração da terra, à exploração do trabalho e à exploração dos meios de comunicação.

No item "exploração da terra" aguardamos um posicionamento a respeito da limitação da propriedade rural, fixando o homem à sua terra, com condição

de produção e com incentivos ao cooperativismo.

No item "exploração do trabalho", aguardamos posições sobre dois pontos essenciais: a garantia de emprego com a redução das facilidades de dispensa e a participação obrigatória do trabalhador nos processos de produção e de direção.

Quanto ao item "exploração dos meios de comunicação", deverá ser garantido o acesso a estes meios para as categorias menos favorecidas. Hoje, as rádios e TVs estão controladas por grupos que, em sua imensa maioria, estão distantes dos interesses do povo e têm todo o espaço que lhes aprouver para promover a deformação consumista e alienante da população.

Por que a preocupação com os itens acima? Porque entendemos que saúde mental acontece no espaço vital de cada cidadão e de cada comunidade e que o clima de opressão e de dominação como o que ocorre nos latifúndios, nas empresas e dentro de cada casa é o mais impróprio para um desenvolvimento pleno do cidadão. Saúde mental está intimamente relacionada com as formas de produção e com as formas de comunicação.

Sabemos que o tratamento das matérias acima não esgota todo o processo que envolve o tema "saúde", mas já podemos considerar um avanço caso eles sejam trazidos para o debate durante a montagem do texto constitucional. Aguardemos.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6ª REGIÃO

Conselheiros: Alvaro Trujillo, Antonio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcondes Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Denilréa Pérola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Soller Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes (licenciado), Luiz Carlos Rodrigues de Lima (licenciado), Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romeiro, Maria Rosa Cavazzani, Mariliza da Costa Moreira da Silva, Mariza Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral (licenciada), Nanci Buhner, Selma de Souza Bastos, Silvío Leite da Silva, Suelli Duarte Pacifico, Tania Maria José Aiello Tsu (licenciada), Vania Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 — 10º andar — Fone (011) 212-8111. Delegacias — Assis (José Sterza Justo): Rua Marechal Deodoro, 123 conj. 11 (Conjunto Marechal) — Fone (0183) 22-6224 — Bauri (Denilréa Pérola A. Paoli Macário): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8º andar, conj. 808 — fone (0142) 22-3384 — Campinas (Hélio José Guilhardi): Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17º andar, sala 172 — Fone (0192) 32-5397 — Campo Grande (Carlos Afonso Marcondes Medeiros): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 — Fone (067) 382-4801 — Curitiba (José Luiz G. Zaramella): Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 — Fone (065) 322-6902 — Lorena (Maria Inez Nunes Romeiro): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) — Ribeirão Preto (Vera Regina Lignelli Otero): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar — Fone (016) 636-9021 — Santos (Antonio Carlos Simonian dos Santos): Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 — Fone (0132) 4-6293 — São José do Rio Preto (Kátia Vianna Ricardi): Rua 15 de Novembro, 3.171, 16º andar, sala 162. (Edifício Metropolitan Center).

Jornal do CRP - 06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. Comissão de Divulgação e Contato: Antonio Waldir Biscaro, Jane Persinotti Trujillo, Mariliza da Costa Moreira da Silva e Suelli Duarte Pacifico. Editora: Vera Helena R. Carneiro Monteiro (MT. 11.578). Diagramador: Guto. Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1084 - 10º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. Composição, fotolitos e impressão: Cia. Editora Joruês. Tiragem: 22.000 exemplares.

Conselho é contra regulamentação da profissão de psicomotricista

A partir de notícia divulgada na grande imprensa do Estado de Minas Gerais, tivemos conhecimento da proposta objetivando a criação e regulamentação da profissão de psicomotricista, incluindo a implantação de cursos de formação específicos. Diante dessa informação, o CRP-06 decidiu aprofundar a análise da questão e para tanto solicitou à psicóloga Sílvia Ancona Lopez Larrabure (CRP 06/2862) parecer técnico que foi posteriormente acatado pela Plenária Geral.

De acordo com o parecer "não se justifica a regulamentação da profissão de psicomotricista independente de outras profissões de nível universitário ligadas à área de educação e de re-

educação", na medida em que "o exercício da Terapia Psicomotora é uma forma específica de Psicoterapia e portanto exclusiva do profissional formado para exercer a prática psicoterápica, devendo ficar, assim, sob a fiscalização e orientação dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia".

Serviram de base para a argumentação da autora do parecer alguns nomes importantes da área de psicomotricidade, com livros publicados sobre o assunto, como: Jean-Claude Coste (A Psicomotricidade — RJ, Editora Zahar, 1978), que define a diferenciação entre reeducação psicomotora e a Terapia Psicomotora; Ma-

ria Lúcia de Araújo Andrade (Distúrbios Psicomotores. Temas Básicos de Psicologia, vol. 6, SP, E.P.U., 1984), que questiona "...a validade de uma psicoterapia que atue só a nível do corpo real, excluindo-o enquanto imaginário e simbólico". (pág. 63); e Ajuria-guerra e seus colaboradores (La Eleccion Terapeutica en Psiquiatria Infantil, Toray-Masson, 1970) que expressam a opinião "de que a Psicomotricidade é uma técnica que, por meio do corpo e do movimento, se dirige ao ser em sua totalidade e que, em muitos casos (...), pode ser um primeiro passo que rompa o círculo neurótico".

Diante do exposto, a au-

tora do parecer conclui que: "A Psicomotricidade é um instrumento valioso como auxiliar na reabilitação de vários distúrbios de natureza emocional, motora, sensorial e mental", e que se devem distinguir as técnicas de reeducação psicomotora da Terapia Psicomotora. Esta última deve ser considerada por seus objetivos e pela técnica empregada como uma modalidade de psicoterapia que exige que seja empregada por um profissional de formação na área de psicologia que pode e deve aprofundar seus conhecimentos dos distúrbios motores e suas conseqüências na totalidade do indivíduo e do uso da Psicomotricidade com objetivo psicoterápico a nível de especialização.

ANOTE

Anote tem se caracterizado como uma seção de prestação de serviços através da divulgação gratuita de cursos e atividades que nos são encaminhados. Uma de nossas preocupações em relação à divulgação desse material é quanto à qualidade dos "trabalhos" que são oferecidos. Na medida em que ultimamente temos recebido algumas solicitações pouco completas em relação a cursos e eventos, estamos solicitando que esse material seja mais detalhado.

Com relação aos cursos, o CRP-06 pede que sejam fornecidos dados completos a respeito dos objetivos, fundamentação teórica, forma de trabalho, material bibliográfico e custo. Em relação ao profissional, pedimos um pequeno currículo informando sobre cursos feitos e as atividades que já desenvolveu e que vem desenvolvendo. Das entidades promotoras de eventos e cursos, solicitamos informações sobre suas propostas básicas e, caso seja registrada no Conselho, seu número de inscrição. Com esses pequenos cuidados, que a primeira vista podem parecer burocráticos, o Jornal do CRP-06 terá con-

dições de melhorar ainda mais a seção ANOTE.

Ψ Ψ Ψ

A Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul estará promovendo, em conjunto com o CRP-7ª Região e o Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul, nos dias 23 e 24 de agosto próximo, sua II JORNADA DE PSICOLOGIA. O tema central do evento será O Psicólogo como Categoria e sua Inserção na Sociedade. Psicólogos e estudantes poderão inscrever seus trabalhos na seção de temas livres. Maiores informações podem ser obtidas na sede da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, à rua dos Andradas, 1.354, conj. 35-A, fone: (0512) 25-7088, Porto Alegre.

Ψ Ψ Ψ

CURSO DE MITOLOGIA GREGA. Dirigido especialmente a profissionais e estudantes de psicologia, psiquiatria e áreas afins, o curso pretende fornecer uma abordagem psicanalítica do tema, através de um trabalho de interpretação dos mitos. O programa envolve os seguintes assuntos: O pensamento mitológico; O pensamento arquetípico e o pensamento histórico; Os deuses primordiais; Os Olímpicos; Os deuses menores; Os heróis. O curso será iniciado em agosto e terá a duração de quatro meses.

com uma aula semanal de duas horas. Maiores informações pelos fones: (011) 864-2330 ou 572-5429.

Ψ Ψ Ψ

Será realizado, nos dias 26 e 27 de agosto próximo, o seminário **RELAÇÕES DE TRABALHO E DEMOCRACIA**. O evento, promovido pelo SENAC PRODEMP, tem como objetivo proporcionar ao psicólogo troca de experiências, esclarecendo dúvidas e, principalmente, discutir alternativas de gestão de RH. Serão abordados ainda temas como Perspectiva da Política Governamental para a Área do Trabalho; A Política de Recursos Humanos numa Sociedade Democrática: O Caso Brasileiro; Produção, Trabalho e Participação: Desafios da Empresa, etc. Para fazer inscrição ou obter maiores informações o endereço é: rua Dr. Vila Nova, 228 - CEP 01222 - São Paulo - fone: (011) 256-5522 - r. 460.

Ψ Ψ Ψ

A Casa do Psicólogo programou, para serem iniciados em agosto próximo, os seguintes cursos: Psicodiagnóstico e Psicoterapia de Base Analítica — Ludoterapia (ambos com duração de dois semestres); Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (um semestre); Curso de Psicopatologia e Psicopatologia Especial (um

semestre); Administração de Recursos Humanos (um semestre); Distúrbios do Desenvolvimento Infantil/Distúrbios de Aprendizagem (um semestre); Psicologia do Excepcional (um semestre); Curso de Estimulação Precoce — crianças de 0 a 6 anos (um semestre); Psicomotricidade (um semestre) e Psicologia Educacional (um semestre). Maiores esclarecimentos podem ser solicitados à Casa do Psicólogo, à rua José dos Santos Jr., 197, Brooklin — CEP 04609 — São Paulo — fone (011) 542-3102.

Ψ Ψ Ψ

Promovido pela Sociedade de Psicologia Analítica, será realizado, entre os dias 12 e 15 de agosto próximo, às 20:30 hs, no anfiteatro do Hospital do Servidor Público (rua Pedro de Toledo, nº 1.800 — São Paulo), um **CICLO DE PALESTRAS SOBRE PSICOPATOLOGIA E TIPOLOGIA JUNGUIANA**, proferidas pelo Dr. K. W. Bash, psiquiatra e analista junguiano de Zurique, Suíça. As inscrições podem ser feitas com Sonia, na secretaria da SBPA, à rua Hermano Ribeiro da Silva, nº 77, São Paulo, fone (011) 884-2646, das 10:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 16:00 hs.

Ψ Ψ Ψ

O Instituto de Psicossomática de São Paulo reali-

zará, de 27 a 29 de agosto próximo, no Hotel Brasilton (rua Martins Fontes, 330), o **IV ENCONTRO ARGENTINO-BRASILEIRO DE PSICOSSOMÁTICA**, que contará com a participação de profissionais da área de saúde dos dois países. O tema geral do evento será "O Corpo", que constará dos seguintes subtemas: Imagem corporal, O meu corpo é meu símbolo, Amor pelo próprio corpo, O caminho que vai da palavra à enfermidade do corpo. Maiores informações podem ser obtidas pelo fone (011) 256-8597.

Ψ Ψ Ψ

PSICODRAMA E EMPRESA. Vivência realizada pela Sociedade Santista de Psicodrama — SOSAP, que abordará temas como "Psicodrama e a Seleção de Pessoal", "Jogos Dramáticos e a Empresa", etc. Os interessados poderão obter maiores informações à avenida Washington Luiz, 365, Santos, São Paulo, fone: (0132) 35-3529, com Ana Luiza.

Ψ Ψ Ψ

CURSO DE INTRODUÇÃO À PSICOMOTRICIDADE — Teórico e Vivencial. Destinado a psicólogos e estudantes de psicologia, tem como objetivo proporcionar noções de psicomotricidade, seus diferentes enfoques, discutir o papel

do terapeuta em psicomotricidade e através de vivências dar oportunidade aos participantes de desenvolverem seu papel de terapeuta, conhecendo e aplicando técnicas. O endereço é: rua Maracaju, 26 — Vila Mariana. As inscrições podem ser feitas pelo fone (011) 549-9855.

Ψ Ψ Ψ

GRUPOS DE VIVÊNCIA EM BIOENERGÉTICA. Promovido pelo Equilibrium — Gabinete de Psicologia e destinado a estudantes e profissionais de Psicologia. Os grupos serão coordenados pela psicóloga Sueli Freitas, do Estado do Paraná, e se reunirão sextas e sábados, a partir das 14:00 hs. As inscrições podem ser feitas pelo fone 412-0856.

Ψ Ψ Ψ

Será realizado em Campinas, nos dias 23 e 24 de agosto próximo, o simpósio **CLÍNICA DA PSICOSE**. Promovido pela Clínica Psicanalítica, o evento abordará temas como "O Schreber de Freud", "A função da mãe no surgimento da Psicose", "A tópic do imaginário", e outros. As inscrições podem ser feitas na própria Clínica Psicanalítica — rua César Bierrembach, 24 - 1º andar - fones (0192) 31-2538 ou 2-5308 — Campinas — SP. O simpósio será no Salão Ouro do Campinas Palace Hotel: Rua Irmã Serafina, 710 — fone (0192) 31-0755.

Agenda

11/6/85 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi proferiu palestra, para as turmas de Psicologia, na Faculdade São Marcos, sobre o papel do Conselho e o mercado de trabalho.

11/6/85 — A conselheira Maria Inez Nunes Romeiro esteve nas Faculdades Integradas de Guarulhos proferindo palestra, em uma aula de ética, sobre a atuação do psicólogo.

12/6/85 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi esteve no Instituto Metodista de Ensino Superior — Federação de Escolas Superiores do

ABC, proferindo palestra sobre o Conselho.

25/6/85 — O conselheiro Antonio Waldir Biscaro e a assessora jurídica Silvia Helena Terra estiveram presentes na 66ª Reunião do Fórum Permanente das Profissões Liberais do Estado de São Paulo.

25/6/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri esteve no Conselho Regional dos Assistentes Sociais — CRAS para discutir a questão do estágio, conforme previsto pelo Decreto 87.497.

26/6/85 — A conselheira Mirsa Elisabeth Dellosi esteve reunida

com representantes dos Conselhos de Saúde, na sede do CRP-06, para avaliar o II Encontro Nacional de Conselhos Profissionais de Saúde, em Fortaleza.

27/6/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri foi uma das expositoras na última aula do curso promovido pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, sobre o tema "Psicólogo-Trabalhador na Educação".

4/7/85 — A conselheira Marlene Guirado esteve presente à posse do superintendente do Inamps em São Paulo, dr. Roberto Lago.

17/7/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri esteve presente na abertura do VI Congresso Latino-americano de Rorschach e Outras Técnicas Projetivas.

18/7/85 — O conselheiro José Sollero Neto participou da abertura e mesa-redonda sobre psicotécnicos do III Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito.

19/7/85 — A conselheira Yvonne Gonçalves Khouri esteve representando a diretoria do CRP-06 nas solenidades de inauguração da delegacia regional do ABCD.

PROCURA-SE

A psicóloga Izabel D. Ferreira Rosa (CRP - 06/226 99-5) gostaria de entrar em contato com profissionais que desenvolvem trabalho aplicado a odontologia, mais especificamente com aqueles que vêm trabalhando com a dessensibilização da criança para o tratamento dentário. A psicóloga quer conhecer mais profundamente a área e esclarecer dúvidas. Aqui vai seu endereço: rua Expedicionário Henrique Soares, 32 — Parque Nova América — Jacaré — São Paulo.

Creche polo: mãe domi

O problema não é novo. Há muito a questão creche vem sendo discutida por políticos, associações de bairro, igreja e, principalmente, pela mulher da periferia, que se tornou, por contingência econômica, e na mesma proporção em que o problema vem sendo debatido, parte cada vez mais ativa no mercado de trabalho. A cada ano, a porcentagem da mão-de-obra feminina assalariada, seja em fábricas ou em estabelecimentos comerciais, aumenta assustadoramente, e com isso cresce o número de crianças que necessitam de cuidados fora do lar.

À frente de toda polêmica que o problema creche suscita, outro dado incontestável: só a cidade de São Paulo possui, de acordo com estimativas da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social—Fabes, na faixa de carência (0 a 3 salários mínimos), cerca de 400 mil crianças, entre 0 e 4 anos e 11 meses de idade, sendo que somente 51.713 são atendidas por creches, da própria prefeitura ou conveniadas.

De acordo com Remi Denardi, responsável pela Coordenação Central do Menor da Fabes, existem atualmente em funcionamento 206 creches diretas. Calcula-se que existam, para essas 206 unidades, cerca de 200 a 300 crianças aguardando uma vaga.

Diante de situação tão difícil e de inúmeras reivindicações, a Fabes, através do setor técnico do menor, procurou encontrar idéias alternativas para o problema. E uma idéia que tem gerado muita discussão, talvez pelo fato de já estar implantada em algumas regiões, é o projeto da Creche Polo.



Remi Denardi, da Fabes: "Somente com a creche direta o problema do menor não será solucionado tão cedo".



Iraci Pereira Gonçalves: "É uma correria, mas, no fim, a gente acaba dando um jeitinho"

Em Vila Kalu, não faltaram mães dispostas a participar do Projeto Creche Polo. Iraci Pereira Gonçalves, 28 anos, dois filhos, de 6 e 3 anos, é uma delas. Tem sob seus cuidados seis crianças. Ela diz que no início achava que as preocupações iriam ser bem maiores, mas agora se sente mais segura e tranquila.

"É claro", explica Iraci, "que exige um pouco de luta, de sacrifício. Como na hora do banho; é uma correria, uma loucura cuidar dos seis. Mas, no fim, a gente

acaba dando um jeitinho."

Iraci considera muito baixo o salário pago à mãe domiciliar. Segundo ela, a ajuda de custo é suficiente apenas para cobrir os gastos extras de água, luz e gás.

Marta Cristina Lima Lopes, 22 anos, uma filha, cuida de cinco crianças. Concorda com Iraci quanto ao aspecto de que as preocupações não estão sendo tantas, como esperava.

Ela acredita que teve bastante sorte com as crianças que estão sob sua guarda. "São uma mara-

vilha", diz ela, "não dão o mínimo trabalho, os pais cumprem o horário, e até agora não tive problema de nenhuma ficar doente nas minhas mãos". Marta considera o salário bom e explica por que: "Se a gente for tomar conta da criança sem a retaguarda da creche poderia ganhar mais, mas a responsabilidade seria bem maior. Além disso, recebemos a alimentação que muitos pais não podem dar para suas crianças".

Já no Jardim Miriam as mães entrevistadas expõem uma série

de
tar:
Ma
Ma
trê:
vel
cor
'
cre
pre
que
de
lhã
um
nec

Mais conhecido como Mãe Crecheira, o projeto estabelece a criação de creches satélites, que funcionarão em domicílios de mães que se proponham a atender de seis a oito crianças, na faixa de 2 a 4 anos e 11 meses de idade.

"A idéia não é nova", diz Remi Denardi. "Existem várias experiências na Europa, mais precisamente na Inglaterra e França, e em algumas cidades brasileiras, como Porto Alegre, onde são chamadas lares vicinais, Fortaleza, Brasília e Florianópolis."

De acordo com Remi, o projeto priorizaria o atendimento às crianças que estão esperando uma vaga nas creches diretas. Quanto à responsabilidade é competência da direção da creche polo e equipe técnica, que convocam as mães, informam, dão as condições e selecionam.

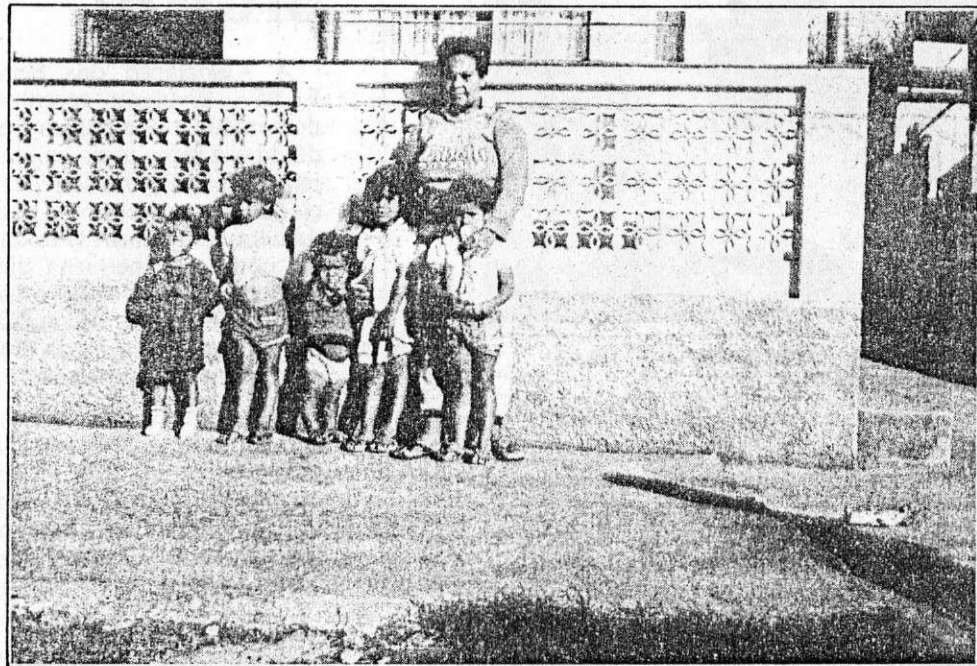
"Para que essas mães sejam selecionadas, é ne-

cessário que preencham alguns quesitos básicos", diz Remi. "Por exemplo, que morem, no máximo, a um quilômetro de distância da creche polo; que possuam o mínimo de infraestrutura em suas casas, como geladeira, fogão e chuveiro elétrico. Outros dois critérios importantes também são levados em conta para a seleção: controle emocional e alguns princípios educacionais."

Uma vez escolhida a mãe domiciliar, ela terá a incumbência de preparar cinco refeições diárias (o alimento é distribuído semanalmente via creche polo), de dar um banho por dia na criança e programar algumas atividades.

Remi reconhece que, sob o ponto de vista educacional, será precário o atendimento, na medida em que é inviável a essas mães fornecerem uma programação psicopedagógica. Mas ele sa-

domiciliar X creche direta



Marta Lima Lopes: "Até agora, não tive problema de nenhuma ficar doente em minhas mãos".

o mini-
prem o
ive pro-
doente
a consi-
lica por
r conta
rda da
is, mas
a bem
emos a
ais não
anças"
is mães
ia série

de motivos pelos quais não aceitaram o projeto Creche Polo. Maria Auxiliadora de Oliveira Martins, 35 anos, cinco filhos, três na creche, diz que é impossível para a mulher de periferia concordar com esse projeto.

"Se a gente põe as crianças na creche", argumenta, "é porque precisa, e também porque sabe que lá elas estão sendo bem cuidadas. Assim, a gente vai trabalhar sem preocupação. Agora, uma mãe crecheira precisaria ter necessariamente espaço, a mini-

ma estrutura, coisa que nós aqui da periferia não temos de jeito nenhum".

Continuando, Maria Auxiliadora cita o seu próprio exemplo: "Eu moro numa casa pequena, não tenho telefone, não tenho meios de me comunicar rapidamente em caso de alguma urgência. Não tenho nada disso e muito menos condições de dar qualquer atividade necessária para essas crianças".

Francisca Amaro, 39 anos, dois filhos, um na creche, tam-

bém é terminantemente contra, principalmente porque julga que é impossível uma mãe sozinha cuidar bem de oito crianças e ao mesmo tempo cuidar das tarefas de casa.

Outro questionamento levantado por Francisca: "A mãe crecheira vai receber alimento, por exemplo, para seis crianças, mas ela tem a família dela também para alimentar, então pode ocorrer que ela dê para os dela e não aos outros".

população, vimos que a creche polo seria uma solução adequada".

De acordo com Dias, a falta de organização no bairro não permitiu uma ampla discussão da questão junto à população. "Inicialmente, entramos em contato com a Sociedade Amigos de Bairro, informamos a eles sobre o projeto, ouvimos o seu parecer, mas a questão já estava fechada."

Telma Fuzetti Morano, auxiliar de direção, também envolvida com o projeto desde o começo, esclarece, no entanto, que foram estabelecidos critérios bastante rígidos para a seleção das mães. "Andamos pelo bairro procurando condições razoáveis dentro das casas, pegamos informações dessas mães, batemos um papo e procuramos sentir se havia uma estabilidade familiar na casa, estabilidade emocional e interesse no trabalho com a criança."

Além desses critérios, alguns outros também foram levados em conta, como a mãe com dois filhos no máximo em idade de creche, que estivesse na faixa média dos 40 anos e mães com filhos na faixa dos 15 anos, que poderiam eventualmente auxiliar no trabalho de casa ou com as próprias crianças. Depois de selecionadas, as mães passaram por uma semana de treinamento, sendo um dia na creche, exercendo a função de pajem.

Na ocasião em que a reportagem foi feita, o projeto estava implantado somente há 20 dias e, segundo Dias, aguardava-se o primeiro mês para

lienta que em se tratando de crianças em situação de emergência, subnutridas, a guarda e a alimentação são primordiais.

Diante da crítica que o projeto vem recebendo, de que existe uma exploração da mãe domiciliar (ela receberá um salário mínimo e uma ajuda de custo para as despesas de água, luz e gás), o representante da Fabes rebate com o argumento de que a mãe recebe a alimentação para ela e para seus filhos também, e que, além de ter as despesas pagas, são fornecidos toalhas de banho, cobertores, colchonetes, pratos e talheres.

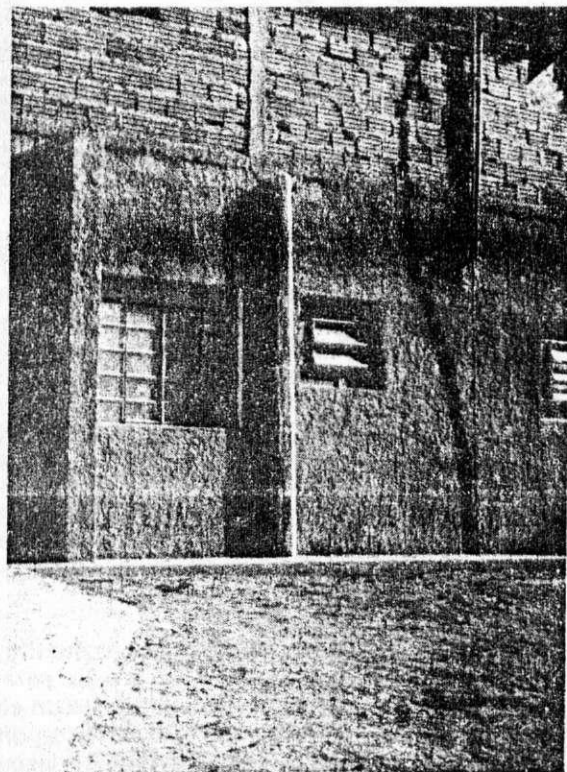
Remi afirma ainda que existem muitos problemas na própria creche direta, e somente com a manutenção desta o problema do menor não será solucionado tão cedo. A Fabes pretende implantar, até dezembro, 20 creches polo, que montariam, no mínimo, dez satélites cada uma,

o que perfaz um total de 140 mães atendendo em regime domiciliar.

Projeto Implantado

Em Campo Limpo, quase na divisa com Itapetérica da Serra, localiza-se a Creche Municipal de Vila Kalu, uma das pioneiras na implantação do projeto.

José Dias, diretor da creche há dois anos, explica por que foi viável a implantação do projeto na região: "Atendemos 43 crianças e estamos capacitados apenas para 36. Há uma proposta de ampliação, mas mesmo assim a demanda seria superior ao número de crianças atendidas. Partindo desse quadro, tanto da creche como da



Casa de Iraci, que tem sob os seus cuidados seis crianças.



Francisca Amaro: "É impossível para uma mãe sozinha cuidar bem de oito crianças e ao mesmo tempo dar conta das tarefas da casa".

se sistematizar um trabalho pedagógico junto às crianças, através dos professores da creche polo.

Com a ampliação da creche de Vila Kalu, que será feita em breve, haverá possibilidade de se atender 140 crianças, mas mesmo assim, de acordo com dados da demanda, a fila de espera continuará grande. "A luta continua por creches diretas, mas o que fazer com as crianças que não estão entre essas 140", conclui Dias.

Jardim Miriam: projeto não implantado

Ao contrário da creche de Vila Kalu, onde muitas mães se interessaram pelo projeto, na Creche do Jardim Miriam, que atende 112 crianças em período integral e com uma demanda de 300 na fila de espera, de quase 70 mães ouvidas pela direção, apenas uma se manifestou favoravelmente.

O processo de mobilização dentro da creche do Jardim Miriam também foi diferente, como relata Marialice Rangel Perroud, auxiliar de direção: "Numa primeira reunião com a Fabes regional, foi passado para a direção o projeto juntamente com um roteiro de procedimentos, onde constavam reuniões com a demanda, pesquisas nos locais, mães disponíveis e seleção. A posição da Fabes naquele momento obrigava a todos a assumir o projeto. Houve muita mobilização, debates e pressões e aí aconteceu uma pequena mudança de posição: continuava obrigatório que pelo menos uma creche na região implantasse o sistema."

Marialice enfatiza que as duas reuniões mantidas entre funcionários e mães para tratar do assunto creche polo sempre foram cheias de dúvidas e questionamentos. Muitos pontos foram levantados: como seria feita a triagem, o que faria uma mãe domiciliar em caso de acidente, quando se precisasse de socorro imediato, quem se responsabilizaria, o tratamento dispensado à criança, como esta mãe faria para viabilizar tantas tarefas: cozinhar, dar atividades e manter a higiene de seis, oito crianças, como ter controle se a mãe domiciliar dá a alimentação, se não

maltrata a criança. As mães presentes à reunião levantaram por fim a questão do salário: muitas cuidam normalmente de crianças de sua vizinhança e cobram de Cr\$ 60 a Cr\$ 70 mil: Elas constataram que seria mais vantajoso continuar nesse sistema.

De acordo com Marialice foi feita ainda uma segunda reunião, desta vez com a fila de espera, e a reação foi a mesma: "Começamos perguntando quem já deixava a criança com alguma vizinha, ou pessoa próxima, para ir trabalhar. As mães, então, começaram a contar suas experiências, que, por sinal, não eram nada boas. Segundo elas, algumas mulheres chegavam até a deixar as crianças trancadas em casa, enquanto saíam. Todas colocaram ainda a questão do salário, e também neste ponto a mesma reação da primeira reunião: se pegassem por fora, ganhariam muito mais."

Para Marialice outros argumentos merecem ser levados em conta. Segundo ela, as mães que têm certa infra-estrutura, como um certo nível de educação, uma casa razoável, não se subordinariam a ganhar o salário mínimo para exercer uma função que requer tamanha responsabilidade. "As mães dispostas a trabalhar nesse projeto estariam provavelmente num nível de bastante miserabilidade, pois até uma diarista ganha mais que isso na casa em que trabalha", argumenta. Outro aspecto que a auxiliar de direção coloca é se a mãe domiciliar fica doente, onde ficariam "suas" crianças em uma situação de emergência?

"O que a Prefeitura vai gastar para a implantação do projeto poderia ser usado para ampliar creches e contratar funcionários", garante Marialice. Ela entende que, pelo mesmo custo, se poderia contratar mais duas pajens, que teriam possibilidade de cuidar de 16 crianças, em duas turmas. "Na creche direta a pajem tem como função ficar com a criança, não precisa dividir as tarefas, pois aqui temos a serviçal que cuida da limpeza, a cozinheira, enfim toda uma infraestrutura que visa principalmente manter o bem-estar da criança."

"Ouvimos sempre que o projeto de Creche Polo é uma experiência que pode ser mantida ou não, mas criança não é tubo de ensaio para experimentação, é um ser humano que tem que ser levado em conta", concluiu Marialice.

Assfaves questiona projeto

A Associação dos Servidores da FABES divulgou recentemente um documento onde coloca uma série de dúvidas a respeito da validade do Projeto Creche Polo e convoca seus associados para discutirem mais detalhadamente o assunto. O documento inicia com uma pequena descrição da creche polo e depois afirma que o atual objetivo da secretaria é contribuir para a formação do Homem crítico, criativo e independente.

"Em que medida essas mães crecheiras, cada qual em sua casa, sem a supervisão técnica direta das Equipes ou do quadro de direção da creche, estará garantindo a realização dos objetivos educacionais do Programa Menor?", perguntou o documento.

Depois disso a Assfaves faz uma série de perguntas e levanta várias dúvidas sobre a natureza do projeto e os interesses que ele representaria. Por fim, a associação convoca seus associados para outras discussões sobre o assunto.

Se a Assfaves levanta dúvidas, o Movimento de Luta por Creche, por sua vez, repudia totalmente esse sistema de atendimento à criança por considerá-lo injusto e desumano. Num carta aberta à população e às autoridades de São Paulo, o movimento afirma que, entre outros malefícios, a mãe crecheira fica excluída dos benefícios trabalhistas, o atendimento à criança seria dado em condições mais precárias, a crecheira terá o acúmulo de trabalho de cuidar das crianças e da casa, não teria formação profissional adequada, estaria isolada das outras crecheiras e estaria submetida a condições de trabalho desgastantes.

A carta aberta do Movimento de Luta por Creche reivindica a construção de creches públicas e gratuitas nos locais de moradia e trabalho com a participação dos pais na orientação pedagógica como a única solução real para o problema da criança cuja mãe precisa trabalhar. No mesmo documento, o movimento denuncia as manobras da Prefeitura para afastar a organização popular das possibilidades de intervir na solução dos problemas da população e concluiu afirmando que a mãe crecheira ou creche polo significa o prolongamento da miséria em que as crianças sobrevivem, além da exploração da mulher.

Primeira Questão: em pauta o sistema estadual de ensino

Desde o dia 20 de maio passado, a rádio Cultura de São Paulo está levando ao ar, de segunda à sexta-feira, das 11:00 às 11:30 hs, **Primeira Questão**, um programa sobre educação, ao vivo.

Através de debates, entrevistas, reportagens, **Primeira Questão** propõe pôr em pauta questões referentes ao sistema estadual de ensino. Para levantar os problemas e prováveis soluções, discutir erros e acertos, serão convidados educadores, alunos, pais de alunos, representantes de entidades e órgãos públicos, enfim, todos que direta ou indiretamente estão envolvidos com a educação.

A proposta é abrir espaço ao questionamento, à participação da comunidade escolar na formação e reformulação de sua realidade diária, servindo, inclusive, como canal intermediador entre os órgãos responsáveis pela educação e o interesse público.

As pessoas que quiserem participar poderão fazê-lo pelo fone (011) 263-4466, durante o programa, ou por carta, endereçada à rádio Cultura — Programa Primeira Questão — rua Cenno Sbrighi, 378 — CEP 05099 — Água Branca, ou Caixa Postal: 11.544 — São Paulo-SP.

Conselho apóia fundo de garantia para autônomo

O CRP-06 enviou ofício para a Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados no sentido de apoiar a aprovação do Projeto de Lei nº 2786/83, de autoria do deputado José Frejat, que estende aos trabalhadores autônomos o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Por este Projeto de Lei fica estabelecido que "as empresas que contratem o serviço do trabalhador autônomo ficam obrigadas a depositar a importância correspondente a 8% dos respectivos honorários em conta vinculada do trabalhador autônomo. O disposto neste artigo se aplica às sociedades comerciais e civis, às empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive instituições do Poder Público, bem como às autarquias".

O parecer da assessoria jurídica quanto a este projeto foi aprovado pela plenária de 11 de junho último e encaminhado às lideranças partidárias, ao autor e relator do projeto, bem como aos presidentes da Câmara e do Senado Federal.

Pior a emenda que o soneto

O CRP-06, em reunião de sua diretoria, no dia 16 de maio último, decidiu oficializar seu repúdio ao Projeto de Lei nº 4249/84, de autoria do deputado Floriceno Paixão, que determina que o recolhimento dos 70% do saldo disponível dos conselhos profissionais vá para a entidade sindical correspondente e não mais para o Ministério do Trabalho.

Na verdade, o Projeto de Lei do deputado Floriceno Paixão, como relata a assessoria jurídica do CRP-06, pretende alterar a redação do artigo 4º da Lei nº 6994 de 26 de maio de 1982. O artigo dispõe "que no final de cada exercício as entidades criadas por lei com a atribuição de fiscalização do exercício de Profissões Liberais recolherão ao Ministério do Trabalho 70% do saldo disponível".

O CRP-06 sempre se manifestou contra esta lei, na medida em que "fere o princípio de autonomia administrativa e financeira de todos os Conselhos".

Por outro lado, o Projeto de Lei nº 4294 não só não atende aos interesses dos órgãos fiscalizadores como afasta mais ainda, tanto Conselhos como sindicatos, da tão desejada autonomia.

Novas Diretrizes para o Código de Ética

Em reunião realizada em Belo Horizonte, no final do mês de maio, a Comissão de Ética deste regional apresentou ao Conselho Federal e aos demais conselhos regionais os resultados da pesquisa que aqui se realizou sobre o atual Código de Ética.

Os debates centraram-se sobre as mudanças propostas por este e pelos demais regionais. Como produto dos debates foram estabelecidas algumas diretrizes básicas para a análise do atual Código. Estas diretrizes deverão, a partir deste momento, nortear a elaboração de propostas de um novo Código de Ética.

A primeira das diretrizes estabelece que o Código de Ética deverá ser **menos corporativo**. Isto equivale a uma priorização dos interesses da comunidade. Uma segunda diretriz estabelece a as-

serção da **ação orientadora** em relação à ação punitiva. Esta decisão, aqui específica ao Código de Ética, tem, na verdade, ampla ressonância junto às demais atividades, em obediência às propostas políticas de há muito praticadas por esta gestão. Uma última diretriz aborda a necessidade de uma clara definição das questões técnicas e das questões éticas, de modo a enfatizar essa **falsa dicotomia**.

A partir dessa nova orientação, o CRP-06 pretende elaborar as novas propostas que deverão ser entregues por todos os regionais ao Federal no próximo semestre, em conjunto com a categoria. Neste sentido, aguarda-se a participação, junto à Comissão de Ética, de profissionais interessados na questão.

Tempo de serviço: tema de projeto de lei

O CRP-06 manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei nº 0974/A de 1979, do Congresso Nacional, que trata sobre a questão da comprovação do tempo de serviço, junto à Previdência Social. O projeto estabelece que "o período de inscrição do segurado autônomo em autarquia controladora do exercício profissional va-

lerá como prova de tempo de serviço".

De acordo com o parecer da assessoria jurídica do CRP-06, o projeto, se aprovado, beneficiará, principalmente, os trabalhadores das áreas liberais, setor onde se encontra maior dificuldade para comprovar o tempo de serviço, especialmente os trabalhadores que não são inscritos na Prefeitura como autônomos.



Notícias das delegacias



Defender o papel do psicólogo: uma das metas da associação de Santos

Foi oficializada no dia 31 de maio último, às 20:00 hs, a posse da nova diretoria da Associação dos Psicólogos de Santos. Aqui vão os nomes dos integrantes da atual gestão: presidente: Dagmar Menichetti Vaz de Lima; vice-presidente: Dorian Rojas Finocchio; secretária: Rosa Maria Batista; 2º secretário: Luiz Antonio Machado Banks; tesoureiro: Everaldo Ferraz; e 2º tesoureiro: Maria Tereza de Lucca.

Foram empossados também integrantes dos conselhos fiscais e dos departamentos: cultural, relações públicas, esportes, social e patrimônio, além das comissões de ética, saúde, psicoterapia analítica, análise existencial, escolar, organizacional e análise transacional.

A declaração abaixo, feita pela presidente da Associação, Dagmar M. de Lima, reflete a política que vem sendo adotada pela atual gestão: "Quando iniciamos nosso trabalho na APS, defendemos o papel do psicólogo junto à comunidade, lutando ao lado das reivindicações da população brasileira pela democracia, pelas eleições diretas, por melhores condições de vida e pela livre organização popular. Ampliamos o número de associados procurando a maior participação do psicólogo da Baixada Santista. Nosso empenho pela instalação de uma sede foi pleno de êxito, apesar das dificuldades econômicas. Realizamos palestras, encontros, exposições e cursos. Destacamos nosso trabalho em torno da saúde mental, especialmente pela promoção do Encontro de Saúde Mental na Baixada Santista, que expôs a precária condição do atendimento ao doente mental e apresentou propostas de implementação de alas especializadas nos hospitais gerais da Baixada Santista, além da ampliação do atendimento através de equipes multidisciplinares de saúde mental.

A APS participou da Comissão Especial de Vereadores da Câmara Municipal de Santos nas visitas aos locais de atendimento em saúde mental do municí-

pio, defendendo posições em favor do atendimento das necessidades humanas do doente mental.

Foram discutidas também as contribuições para o Plano Nacional de Saúde, com a participação do coordenador regional de Saúde Mental, dr. Caçulo Magalhães. A partir desta reflexão foram programadas reuniões visando ampliar a participação convidando psicólogos que atuam nas diversas instituições da Baixada Santista: hospitais, escolas, creches e comunidades. Foram levantados os problemas enfrentados pela categoria, alguns que são comuns às várias áreas, tais como falta de delimitação do papel do psicólogo, bem como o de outros profissionais que participam da equipe de trabalho nas instituições, dificuldade na obtenção de recursos necessários para um bom desempenho, dificuldades no reconhecimento da contribuição do psicólogo dentro das instituições e na sociedade em geral, desatualização dos currículos de formação do psicólogo em relação às novas solicitações da sociedade, falta de integração nos trabalhos desenvolvidos, impedindo a continuidade dos mesmos. Estas conclusões foram tiradas após reuniões de pequenos grupos: hospitais, instituições e comunidade, escolas, creche e menor.

Foi marcada a continuação das reuniões dos pequenos grupos tendo a APS sido indicada como a entidade catalizadora de informações, materiais e endereço dos psicólogos que participam desse trabalho.

Os subgrupos continuam a discutir sua vivência prática e teórica, visando escrever a História dos Psicólogos de Instituição da Baixada Santista. Cada psicólogo se propôs a divulgar e colher subsídios para este trabalho.

Uma vez concluído esse trabalho, serão realizados debates entre os psicólogos e posteriormente um seminário para a comunidade. As reuniões ocorrem quinzenalmente na APS.

CRP - 06 já tem delegacia no ABC

No momento em que fechávamos esta edição faltavam poucos dias para as solenidades de inauguração da Delegacia do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região para os municípios do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra).

Além da solenidade de inauguração, marcada para o dia 19 de julho, está programada uma semana de debates a partir do dia 22 com temas ligados ao papel profissional do psicólogo nas áreas da saúde, trabalho, educação e nas instituições.

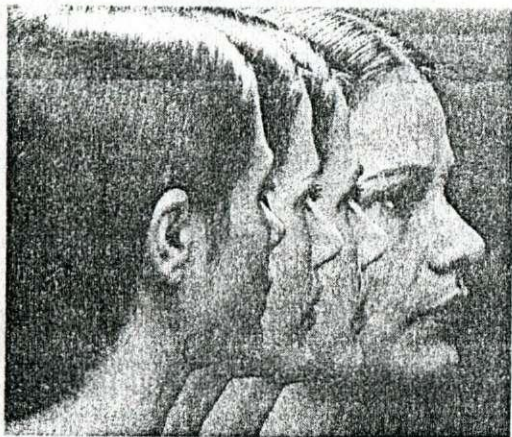
No último dia dos debates, 26, está prevista a avaliação da semana e a discussão das alternativas da delegacia do grande ABC.

São José do Rio Preto inaugura sede

Foi inaugurada oficialmente, no dia 26 de julho, às 16:00 hs, a Delegacia Regional de São José do Rio Preto. A solenidade de inauguração contou com a presença de diversas autoridades da região e também com a conselheira Heloisa S. Ribeiro, que representou a diretoria deste Conselho.

O endereço, para os psicólogos da região que desejarem contatar a delegacia, é rua 15 de Novembro, 3.171, 16º andar, sala 162 - Edifício Metropolitan Center - São José do Rio Preto.

Seminário discute mulher e saúde mental



Com a participação de cerca de 120 mulheres, a maior parte profissionais da área de saúde, foi realizado, nos dias 20 e 21 de junho último, o Seminário Mulher e Saúde Mental.

Sob a coordenação geral de Margareth Martha Arilha, do Conselho Estadual da Condição Feminina, e de Nanci Bühler e Sonia Regina Jubelini, ambas do Conselho Regional de Psicolo-

gia - 6ª Região, o evento apresentou em seu primeiro dia exposições de Carmem Barroso, Maria Amélia Goldberg, Fúlvia Rosemberg, Vera Resende (psicólogas) e Cristina Bruschini (socióloga), que desenvolveram o tema "Pensando a Mulher".

No segundo dia de programação, para falarem sobre o tema "Pensando o Psiquismo da Mulher", fi-

zeram parte da mesa as psicólogas clínicas Lilian Pinheiro, Yvonne Vieira, Maria Thereza Maldonado, Raquel Vieira da Cunha e Maria Aparecida Bento Teixeira.

Em nossa próxima edição, publicaremos uma ampla matéria sobre o que foi o seminário e o que representou em termos de avanço na discussão do tema Mulher e Saúde Mental.